

## Agora a luta é na LOA-2015!

Está em discussão na Alesp a Lei Orçamentária (LOA) para 2015. A luta é para aumentar o investimento nas universidades estaduais. Sobre a USP, o projeto traz novidades que demandam explicações...

O Executivo estadual já enviou para a Assembleia Legislativa (Alesp) a sua proposta para a Lei Orçamentária Estadual de 2015 (PLOA-2015). Não deve ser surpresa para ninguém que nenhuma das propostas do Fórum das Seis, protocoladas durante o Ato no Palácio dos Bandeirantes no dia 15/8 e na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Alesp no dia anterior, foi contemplada. Aliás, o mesmo é verdade até para as propostas do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp).

Lembremos que o Fórum das Seis reivindica a cessação do desconto da Habitação; complementação de 0,7% do ICMS-QPE ainda em 2014; e a inclusão na LOA-2015 de 0,7% adicionais aos 9,57% já inscritos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (LDO-2015). As propostas dos reitores, comunicadas ao governo no ofício Cruesp 24/2014 de 10/9/14, são análogas, com exceção do percentual: no lugar de 0,7%, reivindicam 0,337%.

Uma vez que não estamos reivindicando uma quantia fixa de dinheiro mas a cessação de um desconto, juntamente com um adicional ao percentual de 9,57% do ICMS-QPE inscritos na LDO-2015, é importante discutirmos uma tática adequada para introduzir emendas na proposta do Executivo; e, tão importante quanto, conseguir negociá-las com o governo que, após as eleições de outubro de 2014, ampliou sua base aliada na Alesp.

### Um pouco de história.

Em 2005 e 2006 conseguimos, fruto da pressão do movimento na Alesp, passar de 9,57% para 10% do ICMS-QPE nas respectivas LDO (LDO-2006 e LDO-2007), ou seja, os 10% passariam a vigorar no ano seguinte, respectivamente. Entre-

tanto, nas duas vezes, o Executivo (Geraldo Alckmin e Cláudio Lembo) vetou a integralidade do artigo 4º da LDO, comprometendo a autonomia financeira das universidades. Em 2005 chegamos a entrar em greve contra a ação de Alckmin, porém não tivemos força política para reverter os vetos, tarefa que requer 3/5 de votos do plenário da Alesp.

Em ambos os casos, a solução encontrada para recuperar a autonomia financeira, ainda que retrocedendo em relação ao índice de 10% — peremptoriamente recusado pelo Executivo — foi reintroduzir o texto tradicional do artigo 4º da LDO nas Disposições Gerais da Lei Orçamentária Anual, tanto na LOA-2006 (Lei 12.298/2006) como na LOA-2007 (Lei 12.549/2007). Reproduzimos a seguir o que foi feito na LOA-2006:

#### Seção V

#### Disposições Gerais

*Artigo 10. Os valores dos orçamentos das Universidades Estaduais fixados na proposta orçamentária do Estado para 2006 devem ter as liberações mensais dos recursos do Tesouro respeitadas com, no mínimo, o percentual global de 9,57% da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS-Quota-Parte do Estado, no mês de referência.*

*§ 1º À arrecadação prevista no caput serão adicionados 9,57% das Transferências Correntes da União, decorrentes da compensação financeira pela desoneração do ICMS de exportações, energia elétrica e dos bens de ativos fixos, conforme dispõe a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, efetivamente realizadas.*

**Que fazer agora?** A perspectiva é adotar o mesmo método que em 2005 e 2006, isto é, incluir

um artigo nas Disposições Gerais, contendo a nossa reivindicação. Como frisado anteriormente, teremos que negociar este modo de proceder e, especialmente, os adicionais, tanto com os deputados na Alesp, como com o governo do Estado, em particular, a Secretaria da Fazenda.

A Coordenação do Fórum das Seis entrou em contato com a presidência do Cruesp, tomando a iniciativa para a construção de alguma articulação na defesa das universidades estaduais. Enquanto isto, as nossas iniciativas na Alesp estão em pleno desenvolvimento. Antes de descrevê-las, relembremos as parcelas que compõem a base de cálculo da alíquota destinada à USP, Unesp e Unicamp.

Além do ICMS-QPE e da Lei Kandir, as demais parcelas que hoje estão incluídas na nossa base de cálculo correspondem, **exatamente**, às quotas-partes do Estado resultantes do ICMS em atraso inscrito na receita da dívida ativa do ICMS (código 1931) e das receitas de programas de parcelamento incentivado do ICMS, inscritos em receitas diversas (código 1990).

Portanto, ao propor as emendas para a LOA-2015, devemos evitar o desconto da Habitação e ao mesmo tempo continuar a incorporar as parcelas que já estão na nossa base de cálculo. Tendo em vista estas considerações, a proposta de emenda levada à Alesp pelo Fórum das Seis foi a seguinte:

• Incluir uma nova seção, **Disposições Gerais** (que não aparece na PLOA-2015 do governo) e dentro dela um artigo com a seguinte redação:

*Art XX. Aos valores dos orçamentos das Universidades Estaduais, fixados no artigo 4º da Lei nº 15.549 de 30 de julho de 2014, serão acrescidas, na proposta orçamentária do Estado para 2015, liberações mensais de, no mínimo, o percentual global de 0,7% da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS-Quota-Parte do Estado, no mês de referência.*

*§1º À arrecadação prevista no caput serão adicionados 0,7% das Transferências Correntes da União,*

*decorrentes da compensação financeira pela desoneração do ICMS de exportações, energia elétrica e dos bens de ativos fixos, conforme dispõe a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, efetivamente realizadas.*

*§2º O cálculo dos percentuais a que se referem o caput do artigo 4º da Lei nº 15.549 de 30 de julho de 2014 e o caput deste artigo serão efetuados sobre o total da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS-Quota-Parte do Estado, da Quota-Parte do Estado resultante do ICMS em atraso inscrito na receita da dívida ativa do ICMS e da Quota-Parte do Estado de receitas de programas de parcelamento incentivado, inscritos em receitas diversas, no mês de referência.*

A lei 15.549 de 30/7/2014 é a LDO-2015, enquanto que a Lei Complementar 87 de 13/9/96 é a Lei Kandir.

### Fórum age na Alesp.

Nossa primeira providência foi iniciar a negociação na Alesp, para a execução da tática anteriormente descrita, antes de 3/11/14, prazo final para a apresentação de emendas. O diálogo foi estabelecido com a bancada de oposição e o presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Alesp, deputado Mauro Bragato (PSDB). Em ambos os casos, as ideias e propostas do Fórum das Seis foram acolhidas e as respectivas emendas protocoladas a tempo.

Aliás, no dia 3/11/14, os reitores foram convocados para audiência da CFOP da Alesp, que foi cancelada, uma vez que o reitor da Unicamp estava fora do país e o da USP sequer chegou a responder à convocação. A presidente em exercício do Cruesp, vice-reitora da Unesp, estava disposta a comparecer e discutir as reivindicações dos reitores, mas ainda assim a audiência foi cancelada. Portanto, uma vez que era o dia 3/11/14 a data limite para emendas à PLOA-2015 do Executivo, não há emenda que contemple a reivindicação do Cruesp, isto é,

**continua na p. 2**

# Violência sexual, racismo e homofobia na FMUSP são denunciados em audiência

“Estupro sim, o que é que tem? Se reclamar, eu estupro você também”, cantam alguns estudantes para intimidar as colegas

Depoimentos fortes de estudantes, na sua maioria mulheres, que foram vítimas de práticas de abusos sexuais, estupro, homofobia e racismo ocorridas na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) marcaram a audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais (CDH) da Assembleia Legislativa (Alesp) realizada em 11/11 no Auditório Paulo Kobayashi.

Participaram os deputados Adriano Diogo (PT), presidente da comissão, Marco Aurélio de Souza (PT), Beth Sahão (PT) e Leci Brandão (PCdoB); a promotora Paula Figueiredo Silva, do Ministério Público Estadual (MPE); os professores Paulo Saldiva e Milton Arruda, ambos da FMUSP, e Francisco Miraglia, representante da Adusp. Logo no início, Adriano alertou para a grande importância da audiência, já que havia sofrido pressão para que ela não fosse realizada: “Nem como presidente da Comissão da Verdade, com audiências de militares e torturadores, eu fui tão pressionado para não realizar uma audiência. Então vamos ter o maior carinho, cuidado e precisão”.

Há dois meses, a promotora Paula Figueiredo, da Promotoria de Direitos Humanos do MPE, recebeu denúncia de um caso de violação de direitos humanos na

FMUSP: “O que estava sendo narrado para mim naquele momento não eram violações pontuais que exigiam respostas também pontuais, mas a existência de uma realidade de discriminação e de exclusão das minorias, especialmente mulheres e homossexuais”, relatou.

Além de a Promotoria acompanhar individualmente os casos, foi instaurado um inquérito público civil. “É importante que a própria faculdade reafirme sua posição de tutela dos direitos fundamentais, aplicando medidas administrativas quando constatar que há violações”, disse Paula, que oficiou à FMUSP e espera resposta.

**Redes de poder.** Violências sexuais são cometidas contra as calouras, por ocasião dos trotes promovidos por alunos veteranos, mas são generalizadas ao longo da graduação. O professor Antonio Ribeiro de Almeida Jr. (da Esalq, unidade na qual também há um preocupante histórico de trotes), que realiza um trabalho de pesquisa desse fenômeno desde 2001, identificou um tipo de instituições nas quais o trote é recorrente, histórico, profundamente enraizado, violento e onde não há qualquer tipo de punição. Estas instituições são aquelas que ensinam profissões capazes de conferir aos seus alunos grande status social, como medicina, engenharia e direito.

“Existem grupos de poder que usam o trote como processo de seleção. O trote não tem nada a ver com integração na universidade, é um mecanismo de exclusão”, explicou Almeida Jr. “A cultura do trote é bárbara, porque ele precisa ser violento para selecionar. O que se quer saber é se aquela pessoa obedecerá às ordens e se ficará em silêncio mesmo diante de afrontas, que a magoam, machucam e submetem. Para que isso? Para essas pessoas se tornarem confiáveis para ocupar cargos dentro da universidade e posições em que o silêncio é necessário”.

O professor Marco Akerman, da FSP, que também estudou a cultura do trote, afirma: “Existe um reino do silêncio e do medo dentro das faculdades de medicina em relação ao trote”. Os trotistas estabelecem redes de poder e “a escola da Faculdade de Medicina, como todos os seus anos de existência, estabelece uma rede de poder que chega aos professores, aos hospitais, às empresas de convênio e que marca a prática médica”, explica.

**Perseguições.** Alunas, que preferem não ser identificadas para evitar perseguições, contaram na audiência da Alesp como sofreram abusos sexuais mais de uma vez em festas. A própria estrutura desses eventos é pensada para facilitar os crimes, com seus “cafofos” e depósitos, que acabam sendo usados para esses fins. As vítimas são colocadas sempre no papel de culpadas e orientadas a

não denunciar, “porque não teriam como provar”.

Muitas vezes, é de integrantes da Associação Atlética que as agressões partem. Em vários casos, o próprio Centro Acadêmico (CAOC) nega apoio às vítimas. Enquanto isso, certos estudantes cantam impunemente: “Estupro sim, o que é que tem? Se reclamar, eu estupro você também”. Os estudantes organizados no Coletivo Feminista Geni e no Núcleo de Estudo em Gênero, Saúde e Sexualidade (NEGGS) são discriminados e ridicularizados publicamente.

“Os problemas da Faculdade de Medicina vão muito além do consumo excessivo de álcool, nós temos uma crise de valores que não é exclusiva da nossa faculdade”, declarou o professor Paulo Saldiva, que até a data da audiência presidiu o que era, inicialmente, uma comissão interna criada para estudar o consumo de bebidas alcoólicas, mas que logo precisou voltar-se para outras questões, como abusos e violências. Os trabalhos da comissão foram concluídos em outubro e o relatório produzido será submetido à Congregação de 27/11.

O professor Francisco Miraglia manifestou indignação frente aos relatos e à falta de providências por parte da FMUSP e da Reitoria. Em resposta às denúncias feitas na audiência e a uma chocante reportagem publicada pelo portal de jornalismo investigativo Ponte (<http://goo.gl/xJoOly>), a FMUSP anunciou a criação de um Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

## continuação da capa.

uma emenda que estabeleça os adicionais 0,337% indicados pelo Cruesp. Sem comentários...

O Fórum das Seis também requereu audiência com o líder do governo, deputado Barros Munhoz (PSDB), e aguarda resposta para iniciar negociações sobre as nossas emendas. A possibilidade de negociação não parece ser, como em outros anos, completamente inviável. A greve de 118 dias tem os seus reflexos, mesmo após o seu encerramento, tendo deixado claro a necessidade urgente de aumento do investimento perene do governo nas estaduais paulistas.

Claro que as inconsistentes de-

clarações do reitor M.A. Zago não ajudam (a USP não precisa de dinheiro, embora não possua recursos para pagar salários: *Folha de S.Paulo* de 11/11, <http://goo.gl/pW44LE>), mas seu desprestígio depois da campanha de data-base não torna suas incongruências um obstáculo significativo às negociações. Obstáculos mesmo surgirão se o Executivo e a sua bancada na Alesp se fizerem de surdos e cegos para as necessidades do ensino superior público estadual.

**Intrigante novidade.** No *Informativo Adusp* 392 indicamos a necessidade urgente de transpa-

rência nas contas da USP, apresentando um histórico das “Receitas Próprias” e da rubrica “Outros Custeios e Investimento”, com valores atualizados a 1º/10/14, pelo IPCA: há R\$ 7 bilhões a serem detalhados e explicados.

Agora surge uma novidade intrigante nas “Receitas Próprias” da USP que constam do PLOA-2015 enviado pelo Executivo à Alesp. A “sabedoria” corrente é que “Receitas Próprias” não devam ser incluídas na planilha do Cruesp, pois não são utilizadas para pagar salários. Pois bem: pela primeira vez, as “Receitas Próprias” da USP, que aparecem na p. 236 do PLOA-2015,

estão assim discriminadas:

### Pessoal e Encargos:

R\$ 411.422.655

Outras Despesas Correntes:

R\$ 13.398.335

Investimento:

R\$ 41.262.500

totalizando R\$ 466.083.490, isto é, R\$ 466,1 milhões, dos quais,

**R\$ 411,4 milhões para pessoal e encargos.** O que aconteceu? Que “Pessoal e Encargos” são estes? Claro que o Executivo não tirou isto do nada; será que vai voltar a ladainha do “não sei, não vi, não estava lá”?

**Explicações urgentes são devidas; e parecem não ter fim!**

# Conservadorismo marca Co de 11/11

Ética na Universidade; eleição de dirigentes; natureza, atribuições e composição dos colegiados. Foram estes os tópicos em discussão na reunião extraordinária de 11/11 do Conselho Universitário (Co), que deu continuidade ao debate sobre a estrutura de poder e governança, a partir da sistematização de propostas feita pela Comissão Assessora Especial do Co (Caeco). A finalidade do debate, iniciado pelo Co em 3/6, é uma reforma do Estatuto da USP. O conservadorismo deu o tom desta segunda reunião, tanto na voz do reitor M.A. Zago como na de diversos dirigentes de unidades.

Ficou evidente que o objetivo da oligarquia que controla a USP é uma reforma pontual, levada a cabo pelo próprio Co, e portanto muito distante da Estatuinte “soberana, exclusiva, democrática e paritária”, reivindicada pela Adusp e pelo movimento universitário.

Em intervenções contundentes, alguns conselheiros defenderam a “meritocracia” e rejeitaram a argumentação — da Adusp, do representante dos doutores, das representações discente e de funcionários técnico-administrativos — de que falta legitimidade ao Co para conduzir o processo de mudanças do Estatuto.

O reitor iniciou a reunião sem fazer menções à greve e deu a entender que a crise financeira alegada para decretar, em maio, o arrocho salarial, seria coisa do passado. Na véspera, M.A. Zago declarou que a crise estaria “superada, não é mais esse o problema” (<http://goo.gl/pW44LE>).

Ele também discorreu sobre o GT Atividade Docente, objeto de ofício de pedido de informações à Reitoria pela Adusp em 29/10. Informou que o presidente do GT, professor Ricardo Terra (FFLCH), será convidado a explicar os trabalhos desenvolvidos pelo GT na reunião extraordinária de 7/4/2015.

**Posição da Adusp.** O professor Ciro Correia, presidente da Adusp, reiterou a perspectiva já anunciada na reunião temática de 3/6: “contribuir para deflagrar um processo que leve à superação [...] da centralização, do autoritarismo, da falta de transparência e da substituição do controle oligárquico pelo controle social por parte da corpo da universidade”. Destacou que é central “superar a situação vigente na USP, tanto no que se refere à forma de eleição dos di-

rigentes, quanto no que diz respeito à composição dos colegiados, pois aqui sequer é respeitado o patamar mínimo definido pela LDB [Diretrizes e Bases da Educação] de participação de estudantes e funcionários (30% da composição dos órgãos colegiados)”. Exemplificou que, no processo de eleição para a Reitoria, a Unicamp realiza consulta mediante a proporção de 60% de docentes, 20% de estudantes e 20% de funcionários.

Acrescentou: “Atualmente, a esmagadora maioria dos colegiados, sobretudo os da administração central, é constituída por professores titulares, parte da categoria, em números absolutos, com menos docentes na USP. *Tal situação precisa mudar!*”.

Sobre a eleição das direções (tema 4), Ciro propôs, em nome da Adusp, que “reitor e vice-reitor, diretores e vice-diretores de unidades sejam escolhidos por meio de eleição direta [e paritária] e voto secreto dos docentes, estudantes e funcionários, encerrando-se o processo no âmbito da universidade”.

A Adusp defende que “possam ser candidatos a cargos executivos na USP quaisquer docentes em RDIDP, portadores do título de doutor”, e que a inscrição se dê “por chapas, com apresentação de programas”, com mandatos de quatro anos, vedada a recondução. Reitor, vice-reitor, diretor e vice-diretor poderiam ser exonerados antes do término do mandato, mediante aprovação de 2/3 dos membros dos respectivos colegiados máximos.

Ciro registrou, ainda, que alguns dos tópicos apresentados pela entidade não foram incluídos na sistematização da Caeco. Por exemplo: no tocante ao tema 5 (ética), a Adusp propõe que a USP organize um seminário, que contemple: a) conflito de interesses, b) abuso de poder, c) perspectiva produtivista adotada pela Reitoria e por organismos de fomento à pesquisa.

Quanto à natureza, atribuições e composição dos colegiados (tema 6), o Co seria reformulado, passando a ter a seguinte constituição: **com direito a voto:** diretores de unidades, museus, instituto especializado (IEE), HU e HRAC; um representante dos docentes de cada unidade, eleito pelos seus pares; representantes de estudantes e de funcionários (uns e outros eleitos por seus pares), cujo número total será igual à metade da soma dos diretores e dos representantes dos

docentes; **sem direito a voto:** reitor, vice-reitor e pró-reitores.

O Co teria como atribuições essenciais “discutir e encaminhar as políticas acadêmicas e científicas gerais da USP, acompanhando sua execução”, bem como deliberar sobre as prioridades orçamentárias, “controlando e fiscalizando todas as verbas”, aprovar orçamentos e prestações de contas, cabendo-lhe ainda “indicar todos os coordenadores de organismos submetidos à Reitoria”, e discutir e deliberar sobre propostas aprovadas pelo Conselho Orçamentário e pelo Conselho Social (a serem criados). O Co seria, ainda, a instância recursal máxima da universidade.

Caberia ao Conselho Orçamentário garantir a transparência da execução orçamentária da USP; ao Conselho Social, contemplar as representações da sociedade e do Estado.

As Congregações seriam compostas por 50% de docentes, 25% de estudantes e 25% de funcionários; diretor e vice-diretor não teriam direito a voto. As plenárias departamentais seriam constituídas por todos os docentes do Departamento; por igual número de funcionários, eleitos por seus pares; por igual número de estudantes, idem.

**Insensibilidade.** A representação discente criticou a insensibilidade da estrutura de poder quanto a questões graves para a comunidade, que permanecem sem resposta. “Meninas são estupidadas na Rua do Matão, isso acontece sempre, e a USP esconde”, denunciou Gabriela Ferro (IRI), que pediu medidas efetivas para enfrentar o problema.

Gabriel Sheffer (FFLCH) apontou uma “crise de legitimidade” dos dirigentes. “O Co é muito pouco permeável à participação da comunidade, especialmente de estudantes e funcionários. [...] Este conselho tem tomado decisões que afetam diretamente os interesses da comunidade universitária”, destacou, pedindo uma reformulação. Na mesma linha argumentou Bruno Sperb (FFLCH), representante dos funcionários.

Luis Henrique Catalani, diretor do IQ, procurou rebater as falas dos representantes discentes. Na sua opinião, foi o “modelo atual” que fez da USP a mais importante universidade da América Latina e a inseriu nos principais *rankings* do mundo. “A direção é mais importante do que a velocidade”,

afirmou ainda, pedindo que as mudanças sejam introduzidas sem pressa. Em seguida, deu-se uma nova fala de Zago, também em contestação aos estudantes: “Me cabe reafirmar que este Co, órgão máximo da universidade, tem legitimidade para tomar decisões”.

O professor Luis Menna-Barreto (EACH) ponderou: “Hoje a participação estudantil só tem como perspectiva a derrota em qualquer colegiado”. Mariana Moura, discente da pós-graduação (IEE), contestou Catalani: “Não acho que tenha sido a atual estrutura da universidade que trouxe a USP aonde ela está hoje. Prefiro uma visão mais dialética. A luta contra esta estrutura garantiu aumento importante dos recursos para a universidade, na década de 1990. As notas dos programas também se devem a isso”. Expressou apoio à Estatuinte e à eleição direta. Marcela Carbone (ECA), por sua vez, deplorou a “estrutura de poder absolutamente arcaica e antidemocrática” e os *rankings* e reforçou a crítica ao diretor do IQ: “Quem tinha o discurso de que o autoritarismo levava ao desenvolvimento era o regime militar”.

O professor José Piqueira, diretor da EP, retrucou: “Quem combateu a Ditadura está nas primeiras filas aqui. Muita gente fala sobre o regime militar sem saber o que foi”, disse. “Universidade não deve ser monastério, nem supermercado. Qualquer discussão passa por critério de excelência, e excelência acadêmica, que pressupõe meritocracia. Este Conselho Universitário é legítimo sim, e os seus membros não estão aqui à toa, estão aqui porque trabalharam, pesquisaram”. Mais: “Os estudantes da USP têm uma participação importante na decadência da sua imagem” (da universidade).

Representante dos doutores, José Renato Araújo defendeu mudanças no Co: “Sou um professor para representar 3 mil docentes”. Indagou ao reitor: “Nós vamos reformar o Estatuto, fazer emendas, ou criar um novo Estatuto?”

A próxima reunião extraordinária do Co sobre estrutura de poder e governança na USP ocorrerá em 7/4/2015 e estarão em debate os temas: carreiras e regimes de trabalho, e autonomia e organização das unidades e órgãos. Mas, especialmente, serão definidas as formas de deliberação das alterações estatutárias, bem como o respectivo calendário.

# Novo diretor de Biociências deseja estimular diálogo interno no instituto

O professor Gilberto Fernando Xavier foi o vencedor da eleição para escolha do novo diretor do Instituto de Biociências (IB), realizada em 5/11. O colégio eleitoral foi composto por 66 eleitores, e a eleição realizou-se em dois turnos, uma vez que nenhum candidato conseguiu maioria absoluta de votos no primeiro turno. Xavier obteve 33 votos no primeiro turno (no qual votaram 62 eleitores), contra 25 votos dados ao segundo colocado, professor Renato de Mello Silva. No segundo turno Xavier recebeu 32 votos, Silva 29, com dois votos nulos, num total de 63.

“O IB conta com um competente e dedicado quadro de docentes, pós-doutorandos, alunos de graduação e pós-graduação, e servidores técnico-administrativos. Temos a disposição de estimular o diálogo envolvendo todos os setores da comunidade. A leal divergência de opiniões entre pares e o respeito a essas divergências são salutares, particularmente numa

instituição universitária”, declarou ao *Informativo Adusp* o novo diretor, que tomou posse em 11/11, a tempo de participar da reunião do Conselho Universitário. “Acredito que o estímulo ao diálogo na comunidade revelará também muitas confluências que contribuirão para que o IB se torne ainda melhor”.

A eleição no IB foi precedida de um debate entre os candidatos declarados (com a participação ainda de dois outros professores), em 3/11, e uma consulta informal à comunidade, com votação presencial e à distância (*on line*), em 4/11.

**Debate de 3/11.** A abertura do debate contou com a participação do vice-diretor (então no exercício da diretoria), professor Welington Delitti, que explicou as regras do processo eleitoral e informou que a congregação indeferiu os pedidos de dispensa dos professores elegíveis não interessados em se candidatar.

Compuseram a mesa os professores Gilberto Fernando Xavier, Renato de Mello Silva, Ricardo Pinto da Rocha e Carlos Arturo Navas Iannini. Na primeira etapa do debate, foram sorteadas quatro das perguntas que haviam sido enviadas ao Grupo de Trabalho “Para Pra Pensar IB”, e depois respondidas por todos os debatedores, mediante sorteio da ordem de fala. As perguntas diziam respeito ao diálogo com a comunidade, ao papel de um diretor para além de administrador, à formação de estudantes de graduação e pós-graduação, às prioridades de reforma física no instituto (acessibilidade e segurança).

Na segunda etapa os debatedores responderam a perguntas dos presentes. Foram discutidos pontos como maior representação de funcionários e estudantes, extensão, a gestão Zago e a relação com a Reitoria, a plenária dos três setores como espaço de diálogo da comunidade com o diretor, posi-

ção sobre privatização e posição sobre transparência financeira.

**Consulta de 4/11.** A consulta à comunidade contou com a participação de 239 estudantes (20,6% do total de 1.163), 110 funcionários (48,5% do total de 227), 51 docentes (44% do total de 116) e 12 pós-doutorandos (17% de um total de 70), num total de 412 eleitores.

O professor Gilberto Xavier recebeu 255 votos (61,9% dos votos totais), assim distribuídos: 148 entre os estudantes, 70 entre os funcionários, 34 entre os docentes e 3 entre os pós-doutorandos. O professor Renato de Mello Silva recebeu 46 votos (11,2% dos votos totais), assim distribuídos: 26 entre os estudantes, 13 entre os funcionários, 7 entre os docentes.

Outros 25 docentes foram relacionados na consulta, por serem elegíveis, e receberam votos, mas não disputavam efetivamente o cargo de diretor. Houve também dois votos em branco e nove votos nulos.

## Sintusp realiza debate sobre transparência na USP

Realizou-se em 12/11, no Anfiteatro A1 do IGc, o debate “Transparência na USP”, organizado pelo recém-criado Grupo de Trabalho de Transparência do Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp). A atividade contou com a presença de estudantes, professores e funcionários técnico-administrativos da USP e da Unicamp.

A mesa foi constituída por Bruno Melnic Incácio, do GT Transparência do Sintusp; professor Jorge Machado, do Grupo de Estudos de Políticas Públicas da EACH; Fábio Pinheiro da Silva, do Serviço de Informação ao Cidadão da Unicamp; Neli Wada, diretora do Sintusp; Joara Marchezini, do Grupo Artigo 19; Joyce Godinho, diretora do DCE-USP; Regis Lattouf, procurador e representante da Reitoria da USP; professor Francisco Miraglia, representante da Adusp.

As apresentações e o debate foram esclarecedores e mostraram:

- Um esforço da Unicamp em adaptar-se aos requisitos de transparência ativa e passiva preconizados na Lei de Acesso à Informação (LAI, Lei 12.527 de 18/11/2011), embora ainda com muito por fazer;
- A desatenção institucional da

USP em relação a este aspecto fundamental do exercício da cidadania;

- A quantidade de receitas da USP de cuja destinação e origem expressa nada sabemos. Por exemplo, dizer que uma certa quantia é procedente de convênios esclarece pouco, a menos que se informe quais convênios etc.;

- A disposição do DCE, Sintusp e Adusp de colaborarem na luta para obter não só as informações brutas relacionadas a todos os aspectos dos gastos e investimentos da USP (montantes discriminados, contratos etc.), como também a montagem de estrutura de democratização e controle social das receitas da universidade (ICMS e recursos próprios).

A expectativa da Adusp na construção dessa articulação com o GT Transparência do Sintusp é de que os recursos intelectuais e práticos para prospecção, análise e criação de propostas de ação política em relação à transparência e às verbas públicas geridas pela USP possam ser apropriados por número cada vez maior de membros do corpo da universidade.

## Assembleia da Adusp de 13/11 aprova ações judiciais

Realizada no anfiteatro A5 do IGc, a Assembleia de 13/11 tomou as seguintes deliberações:

- Aprovou o ingresso de duas ações judiciais nos seguintes termos:

- 1) A Assembleia autoriza o ajuizamento de ação visando afastar a forma de cálculo dos proventos da USP segundo a Resolução USP 4.224/95, em nome da Adusp e em favor de toda a categoria, por meio de sua assessoria jurídica atualmente contratada, que se encarregará de todas as etapas do processo, incluindo-se execução e liquidação da decisão em caso de êxito.

- 2) A Assembleia autoriza o ajuizamento de ação visando preservar vencimentos e proventos da incidência do teto constitucional, *no que couber*, em nome da Adusp e em favor de toda a categoria, por meio de sua assessoria jurídica atualmente contratada, que se encarregará de todas as etapas do processo, incluindo-se execução e liquidação da decisão em caso de êxito.

- Aprovou a proposta de que, em caso de sucesso das ações anteriores, a entidade recolha dos beneficiários a taxa definida como “contribuição assistencial” no percentual de 2% do valor recebido, que terá as seguintes destinações: 1. Campanhas de data-base; 2. Campanhas de interesse geral do Sindicato aprovadas em Assembleia Geral; 3. Expansão e manutenção da infraestrutura física do Sindicato.

- Referendou a proposta aprovada na reunião do CR da Adusp ocorrida em 13/10/2014 de incidência de recolhimento à entidade do percentual de 1% sobre verbas decorrentes de acertos salariais que passem a integrar a remuneração dos docentes, seja em forma de abono ou outra denominação com a mesma natureza.

- Suspendeu o regime de Assembleia Geral Permanente.

- Elegeu delegadas(os) e suplentes da Adusp para o 34º Congresso do Andes Sindicato Nacional (Andes-SN), a realizar-se em Brasília/DF no período de 23 a 28 de fevereiro de 2015